



ESPAÇO CULTURAL ALAGADOS:

*uma experiência de gestão
pública e comunitária*

Gisele Nussbaumer¹

Nathalia Leal²

-
- 1 Professora da Faculdade de Comunicação (Facom) e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do grupo de pesquisa Coletivo Gestão Cultural. E-mail: gica.mn@gmail.com.
 - 2 Doutoranda no Pós-Cultura/UFBA e integrante do Coletivo Gestão Cultural. E-mail: leal.nathalia@gmail.com.

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar e dar visibilidade a experiência de gestão desenvolvida no Espaço Cultural Alagados, localizado no subúrbio de Salvador-Bahia. Interessa no texto refletir a dimensão comunitária e coletiva desse espaço, seu papel e importância no território onde se insere, bem como a sua forma de atuação e modo de gestão, determinantes para a sua existência e sobrevivência enquanto espaço público e comunitário, que existe há mais de três décadas e se mantém atuante mesmo no contexto de desmonte das políticas públicas de cultura e das instituições responsáveis pelas mesmas no país.

Palavras-chave: Espaço Cultural Alagados; gestão cultural comunitária; gestão pública da cultura; políticas culturais.

ABSTRACT

This article aims to analyze and give visibility to the management experience developed at the Alagados Cultural Center, located at the suburbs of Salvador-Bahia. The text aims to reflect on the community and collective dimension of this center, its role and importance in the territory where it is located, as well as its way of acting and management, which are determinants for its existence and survival as a public and community space, which has existed for over three decades and remains active even in the current context of dismantling public policies for culture and the institutions responsible for them in the country.

Keywords: Alagados Cultural Center; community cultural management; public management of culture; cultural policies.

INTRODUÇÃO

No debate contemporâneo sobre o campo da cultura, faz-se urgente o reconhecimento e a valorização da diversidade de sujeitos coletivos, visões e interesses que estão implicados não só na disputa pelo acesso às políticas públicas de cultura, mas na sua formulação e execução, sobretudo onde o poder público não alcança ou se faz ausente. Esse reconhecimento nos leva a compreensão de que associações de moradores, movimentos populares, espaços culturais, coletivos e grupos artísticos, entre outros agentes são também protagonistas das políticas culturais; e que a organização e a gestão do campo da cultura possuem uma pluralidade de formas e práticas, das mais tradicionais às insurgentes, conforme os sujeitos e as intencionalidades envolvidas em cada momento e território vivido.

A partir dessa perspectiva é que nos propomos a refletir e a dar visibilidade à experiência de gestão coletiva e comunitária desenvolvida no Espaço Cultural Alagados, que faz parte de um conjunto de espaços culturais soteropolitanos que vem se tornando referência em termos

de atuação e trajetória, justamente, pela forma como são geridos e se posicionam no contexto em que se inserem. Trata-se de espaços que têm se afirmado a partir de enfrentamentos inevitáveis ao *status quo* e trazem à tona provocações que vêm pautando o debate contemporâneo, tanto no que se refere ao papel da cultura e das políticas para a área, como ao esgotamento de certas compreensões e práticas consideradas como hegemônicas.

Em geral, esses espaços são vinculados a associações, coletivos, grupos ou mesmo iniciativas individuais de agentes culturais comprometidos/as com os seus territórios. São espaços de pequeno porte, instalados muitas vezes em edificações adaptadas e, em sua maioria, estão geograficamente localizados distantes dos centros urbanos, nas periferias ou às margens dos bairros centrais. Acolhem, portanto, uma produção cultural periférica e um público diverso que encontra mais dificuldades em acessar o circuito cultural convencional e institucionalizado da cidade.

No conjunto dessa tipologia, o Espaço Cultural Alagados tem como particularidade ser um espaço vinculado ao poder público estadual. Entretanto, isso não o torna necessariamente menos insurgente e contra hegemônico em sua atuação, ao contrário, tal condição, acreditamos, potencializa sua capacidade de subversão aos padrões dominantes, de dentro para fora. Além disso, por ser uma referência em seu território, e não apenas um espaço, muitas vezes, apresenta-se como exemplo de gestão cultural pública que deveria ser estimulada, valorizada e multiplicada pelo estado.

Este artigo busca, assim, analisar a experiência do Espaço Cultural Alagados a partir da dimensão comunitária e coletiva de sua gestão, do seu papel e importância no território onde se insere e da sua capacidade de existência e resistência considerando, principalmente, o contexto de desmonte das políticas e das instituições responsáveis pelas políticas para a área, que não se dá apenas na esfera federal, mas também estadual, como no caso da Bahia mesmo com um governo de esquerda no poder.

ESPAÇO CULTURAL ALAGADOS – COMUNIDADE, PERTENCIMENTO E PROTAGONISMO

O Espaço Cultural Alagados é um equipamento cultural vinculado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, localizado no bairro do Uruguai, no subúrbio de Salvador. Ele ocupa o mesmo espaço físico da Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (Rede Cammip), a organização que atua há mais de 25 anos na garantia dos direitos da população da Península de Itapagipe, e do Centro de Arte e Meio Ambiente (Cama), entidade não governamental fundada em 1995 que desenvolve ações educativas e afirmativas voltadas para adolescentes e jovens de Alagados. A casa onde fica o espaço, embora pequena, possui uma sala multiuso com capacidade para 150 pessoas, equipada com praticáveis, arquibancadas para o público, vestimentas, equipamentos de som, luz e projeção, e estrutura de *boxtruss*. É nessa única sala onde acontecem as atividades artístico-culturais da comunidade, apresentações, oficinas, ensaios e reuniões.

O espaço atua promovendo ou cedendo suas dependências para a realização de atividades culturais da comunidade e acolhendo também algumas produções de artistas e grupos de outras localidades. Destaca-se por atender prioritariamente ao público infantil e juvenil, e tem como aspecto marcante de sua gestão a inserção na comunidade e a parceria que mantém, desde sempre, com os movimentos e as organizações sociais locais, que marcam também a história das políticas culturais neste território.

Desde 2009, Jamira Muniz, gestora cultural e educadora social, é a coordenadora do espaço, tendo sido indicada para o cargo por esses movimentos e organizações comunitárias do território. Ela é moradora e atua há quase cinco décadas no território, tendo sido coordenadora pedagógica da Escola Comunitária Luiza Mahin e da Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (Reprotai). No que diz respeito à equipe do espaço, além dela, existe apenas uma pessoa na

administração, um técnico de iluminação, duas pessoas de serviços gerais e quatro vigilantes que se revezam em turnos de 12h.

Para compreender a gestão do Espaço Cultural Alagados é crucial conhecer um pouco sobre o território e as lutas sociais que estão implicadas na sua constituição. Denominada como a maior favela do Brasil nos anos de 1970, Alagados é um conglomerado urbano localizado na Enseada dos Tainheiros, na região da Península Itapagipana, cidade baixa de Salvador. Reúne parte do bairro de Massaranduba, especificamente as invasões da Baixa do Petróleo e Mangueira; o Jardim Cruzeiro (Vila Rui Barbosa), Itapagipe, Uruguai e a Península de Joanes no Lobato – limite entre a Enseada dos Tainheiros e o início da Avenida Suburbana. (CARVALHO, 2007)

A formação do território se deu através de sucessivas ocupações irregulares e coletivas, iniciadas em 1940 por trabalhadores prejudicados pelo aumento do custo de vida ou pelo fluxo migratório de pessoas vindas do interior. Segundo pesquisadores/as e registros do período, a ocupação se deu de forma rápida e a partir da construção de casas sobre palafitas, barracões escorados em estacas fincadas no solo da maré. (ALBINATI, 2010; CARVALHO, 2007)

O movimento de conquista do espaço de morada é considerado o principal elemento de constituição do sentimento de pertencimento e identidade da comunidade de Alagados. Esse processo se deu sob uma atuação conflituosa e hostil por parte do estado, que teve como resposta da comunidade a sua organização em “sociedades de defesa”, grupos estruturados no formato associativo que traziam como principais lutas, entre outras, a promoção do bem-estar das pessoas e a melhoria das condições do bairro. (ALBINATI, 2010; NASCIMENTO, 2012)

A defesa dos interesses comunitários levou à constituição de um conjunto de associações e organismos que atuam fazendo frente às demandas de educação, moradia, cultura, saúde, extermínio da juventude negra, proteção do meio ambiente etc. Todas as mobilizações de ocupação e construção de moradias em Alagados

conformaram uma identidade do território baseada na convivência solidária e motivada pela vontade de mudança da sua realidade precária. Solidariedade, convivência e confiança são, portanto, bases fundamentais da construção cotidiana da relação comunitária, da produção cultural local e, principalmente, da participação e engajamento das pessoas nas lutas do bairro. (VILUTIS, 2019)

A primeira intervenção efetiva do estado no território teve início em 1973, através da implementação do Plano Urbanístico de Alagados, executado até 1984 pela empresa pública Alagados Melhoramentos S.A.(Amesa). Entre as ações realizadas, estava a construção do Cine-Teatro Alagados, inaugurado em 1982, no governo de Antônio Carlos Magalhães (ACM), como sendo o espaço que a comunidade almejava e pelo qual se mobilizava. Tratava-se, inclusive, da única construção em concreto feita no território, as demais casas que compunham o Plano eram todas de madeirite, aspecto que evidencia como o jogo de poder da política partidária maneja as demandas populares. O que poderia ser mais transitório e precário do que casas de madeirite?

A inauguração do Cine-Teatro foi precedida pelo projeto Dinamização Cultural nos Bairros, realizado pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb) como parte do Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as populações carentes urbanas (Prodasec), do então Ministério da Educação e Cultura, executado pelo poder público estadual. A iniciativa aconteceu durante dois anos e promoveu no bairro oficinas de criação e expressão artística, ações de comunicação sociocultural e de apoio ao produtor cultural.

As oficinas na comunidade foram realizadas na Escola Polivalente que, além de ceder o espaço, cuidava das inscrições e da mobilização dos alunos. Jamira Muniz, coordenadora do Espaço Cultural Alagados, era, na época, aluna do 7º ano do ensino médio nessa escola pública. Ela participou do projeto e contou que “[...] a Fundação Cultural trouxe pessoas que construíram a vontade de ser artista e de falar sobre a gente”.³ A partir dessas oficinas, em 1981

3 Jamira Muniz em entrevista concedida às autoras em 22 de novembro de 2021.

surgiram os grupos “Sapinho Colorido” e “Explosão e Aventura” que, nesse mesmo ano, apresentaram dois espetáculos com grande repercussão na cidade. Isso despertou neles o desejo de ter um espaço onde pudessem ensaiar, produzir e se apresentar, ou seja, um espaço deles e que pudesse ser cuidado e gerido por eles.

O Cine-Teatro Alagados, que estava em construção, seria esse espaço. No entanto, logo se percebeu que a ocupação do mesmo não se daria nas condições desejadas, pois “[...] o teatro não era um teatro para fazer teatro, era um lugar que ia competir com urnas de voto e a gente começou a denunciar. E aí a gente começou a ser afastado desse lugar”.⁴ Tratava-se, conforme depoimento de Jamira, de uma obra eleitoreira.

Apesar da mobilização feita para a criação e ocupação do espaço, a participação da comunidade ficou limitada a de ser público. Como afirma a pesquisadora Mariana Albinati (2010, p.92), a gestão do espaço “[...] não se fazia dentro da lógica da cidadania, mas do atendimento, propondo uma programação fechada, sem possibilidades de participação”. Assim, o tão sonhado lugar de livre circulação e de produção cultural comunitária estava longe de ser atendido pelo equipamento construído que, após dois anos de intensa programação promovida pela gestão estatal, começou a apresentar dificuldades de manutenção e a entrar em um intenso processo de sucateamento, resultando no abandono do prédio e na sua ocupação pela Associação de Capoeira Filhos do Sol Nascente.

Em 1987, com a eleição de Waldir Pires, do Partido dos Trabalhadores (PT), para o governo da Bahia, houve uma nova abertura de diálogo com a população local, porém não avançou suficientemente de modo a possibilitar que o Cine-Teatro fosse recuperado e se tornasse um espaço da comunidade. Diante desse contexto e da falta de perspectiva, a Escola Polivalente teve mais uma vez um papel fundamental, cedendo um espaço que estava praticamente abandonado dentro de seu terreno para a criação,

.....
4 Muniz, entrevista citada.

em 1989, do espaço pelo qual a comunidade tanto se mobilizava: o Espaço Cultural Alagados.

Desde então, a mobilização coletiva e a articulação junto ao poder público se tornaram elementos centrais da gestão do Espaço Cultural Alagados. Quer dizer, mesmo se tratando de um espaço público vinculado ao governo do estado, a comunidade sempre lutou para garantir que a sua gestão fosse da comunidade, para que o espaço tivesse uma gestão cultural comunitária, ou seja, “[...] inscrita em um território, com o envolvimento direto das pessoas que, além de criar e fruir a cultura, também incidem na participação e construção da gestão”. (VILUTIS, 2019, p. 172-173)

Um ano após a inauguração do Espaço Cultural Alagados, no entanto, ACM ganha as eleições de 1990 e volta ao governo do estado, mantendo seu grupo político no poder até 2006. Apesar de o espaço ainda servir ao território durante esse longo período, o diálogo diminuiu, tendo sido, inclusive, indicadas pessoas externas à comunidade para ocupação do cargo de coordenação. Jamira é enfática ao afirmar o apagamento da relação que vinha sendo construída: “outra retomada da direita com muita força e aí, esqueceram a gente, anularam Alagados, tiraram Alagados do mapa”.⁵

A trajetória de Alagados apresentada até aqui e a que segue até os dias atuais demonstra as diferentes formas de relação possíveis com o estado, a depender do grupo político que ocupa o poder. Apesar de em alguns momentos o diálogo ter sido mais próximo, mais horizontal, o que predomina é uma relação distante e verticalizada, e a constante instabilidade na garantia do direito à ocupação do Espaço Cultural Alagados pelas pessoas da comunidade.

A partir de 2007, com a eleição de Jaques Wagner (PT) para o governo, outra forma de política cultural é implementada, e é criada a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), cujo primeiro secretário foi o diretor teatral Márcio Meirelles. Esse cenário possibilitou a retomada de diálogo e a participação efetiva da comunidade na gestão do espaço

.....
5 Muniz, entrevista citada.

cultural. Entretanto, essa não era uma garantia já dada, mais uma vez foi preciso provocar e pressionar o poder público, reivindicando o direito à ocupação do espaço pela comunidade, como afirma Jamira:

Quando aparece Márcio Meirelles com muitas propostas vivas, consegue fazer o espaço de Plataforma, prevalecendo a comunidade dentro do espaço. [...] Aí a gente retoma, dizendo ‘pô, pra onde é que a gente vai agora? A gente vai continuar aqui com o mesmo espaço de cultura, que não é visto na Secretaria, não é visto na Fundação?’ Vamos tentar acordar o povo. Foi quando eu entrei.

Logo em seguida, Jamira Muniz assume a gestão de Alagados e, entre 2009 e 2011, o espaço é reformado pelo estado, passando a funcionar em condições menos precárias de estrutura, constituído por uma equipe de trabalho cuja composição priorizava pessoas do bairro indicadas pelas organizações do território, principalmente, jovens da Rede Reptoi.

Seguindo a vocação do território e de sua constituição voltada para uma cultura de colaboração e parceria, o Espaço Cultural Alagados desenvolve uma gestão, como explica Jamira, que aglutina o poder do estado, as organizações e as associações que compõem as redes do território e as pessoas da comunidade, mantendo uma espécie de governança estabelecida entre esses partícipes na condução do espaço.

[...] aqui a gente define coisas com o contexto de cada entidade que a gente conhece e que se liga à Rede Cammpi, brigando, mostrando o caminho, achando saídas e discutindo grandes políticas que podem ser atendidas dentro do território. [...] A gente tem também um grupo de entidades que são os mais velhos, são os mais potentes, são das redes mais fortalecidas e não são só de cultura, são grupos culturais e grupos que trabalham com a questão social ao mesmo tempo.⁶

6 Muniz, entrevista citada.

A diversidade das organizações e as pessoas que atuam no espaço contribuem para um pensamento de gestão mais alargado, sendo a cultura tomada não apenas nos aspectos ligados à produção simbólica e à circulação de bens culturais, mas principalmente como elemento estruturante da vida cotidiana da comunidade, relacionando-se transversalmente com os múltiplos setores da vida, o que é sempre reafirmado na fala de Jamira:

Percebo que a saúde tem a ver com a cultura. Se todos pensassem que elas são juntas, a Secretaria de Cultura já estava dentro da Secretaria de Saúde. Aqui a gente discute tudo e alinha isso à cultura. Se você não tem uma boa moradia, o barraco aqui do lado, você não traz um espetáculo ou se traz, tem de ficar polícia do lado. Se você tem um lixão aqui atrás que enche de água, faz uma piscina que nenhuma criança no dia que tem espetáculo pode vir, porque não consegue passar. Eu não posso pensar no espaço apenas, tenho de pensar no entorno dele. Só pensam em criar o espaço, mas não pensam ao lado dele como é que está. E aí, vem o espaço e fica lá, vazio.⁷

A comunidade do entorno se apropriou do Espaço Cultural Alagados desde a sua concepção, e esse é o seu grande diferencial no que se refere ao conjunto de equipamentos culturais públicos estaduais do qual faz parte. O entorno em Alagados é tomado, reconhecido e valorizado como a grande potência do espaço, não havendo assim uma relação assistencialista junto à comunidade. Nas palavras de Jamira, “o entorno tomou conta da luta” e por isso, que a gestão do espaço olha “para o entorno não como coitadinho, mas como uma potência de existência local. Por isso que Alagados não morre”.⁸

O modo de gestão cultural desenvolvido no espaço se contrapõe a quase tudo que é praticado nos modelos tradicionais. Se ainda

7 Muniz, entrevista citada.

8 Muniz, entrevista citada.

vemos espaços públicos com concepções tradicionais e hierarquizadas de cultura, pouco acolhedores, que funcionam sob uma lógica de mercado, priorizando programações e atividades que são mediadas pelo valor de compra e pelos números, percebemos no Espaço Cultural Alagados o exercício da plena cidadania, da autonomia e da liberdade do indivíduo como condição de existência do espaço.

A gente é luta cotidiana, não fica à mercê do estado só. Porque se a gente ficasse só à mercê do estado, a gente já teria fechado. A comunidade, ela não ocupa o espaço só com atividade artística, ela provoca público, roda. A comunidade diz assim 'Jamira, vamos trazer um trabalho muito importante, que tá lá no centro'. E aí, eles não perguntam ao estado se ele vai levar para o espaço. A gente quer levar, aí se o estado quiser participar, ele vai participar. Agora, se ele não quiser, a gente vai trazer de todo jeito.⁹

O empoderamento da comunidade confere certa autonomia em relação ao estado, uma decisão verticalizada não é implementada no espaço sem a adesão da comunidade, ou seja, este empoderamento e autonomia possibilitam um desvio ou uma ruptura com a estrutura hierarquizada enraizada na lógica estatal. Alagados se coloca sempre em uma posição ativa diante das dificuldades e entraves que são frequentes na gestão pública, o que é uma forma de contraposição aos modelos tradicionais e hegemônicos vigentes na gestão de espaços culturais públicos.

Nesse sentido, Emilena Santos (2016, p.16) registra que para os movimentos ativistas e as iniciativas comunitárias que trabalham com a cidadania, a ação cultural é tão importante quanto o ativismo político e a ajuda econômica. Para a autora, no caso das organizações e produções comunitárias, em sua relação com o estado,

.....
9 Muniz, entrevista citada.

[...] a ação estatal apenas empodera. Empoderamento que se desdobra em recursos. Sobressaem-se experiências alternativas que necessitam ser expandidas e reconhecidas como questionamento a modelos hegemônicos, ou seja, um fator imprescindível para a pluralização cultural da democracia e multiplicação dessas iniciativas em distintos territórios. (SANTOS, 2016, p.15)

Vários aspectos demonstrados até aqui caracterizam a gestão de Alagados como coletiva e comunitária, a diversidade de perfis, de grupos e coletivos do território, a horizontalidade na tomada de decisão e a autonomia. Apesar de Jamira promover a triangulação entre estado, comunidade e espaço, ela não assume uma postura centralizadora na condução, pois tem como premissa a necessidade de compartilhamento de poder: “a nossa gestão pensa e articula com o outro. Aqui a gente divide poder, porque o poder é que mata as pessoas. Então aqui quem quiser poder, tem de aprender a socializar ele, porque sozinho ninguém anda”.¹⁰

Retomando a proposta feita na introdução deste texto, de que é necessário o reconhecimento da diversidade de atores sociais, para além do estado, hoje responsáveis pela formulação das políticas culturais, trazemos a perspectiva do pesquisador peruano Víctor Vich, de que

uma política cultural verdadeiramente democrática deve propor-se a abrir espaços para que as identidades excluídas acessem o poder de representar-se a si mesmas e de significar sua própria condição política participando como verdadeiros atores na esfera pública. Ou seja, as políticas culturais devem ter como objetivo fazer mais visíveis aquelas estruturas de poder que têm impedido que muitos possam participar e tomar decisões na vida pública. (VICH, 2015, p. 15)

.....
10 Muniz, entrevista citada.

A ocupação do cargo de coordenadora do Espaço Cultural Alagados por Jamira se deu a partir de uma mobilização junto à SecultBa e à Funceb, uma vez que o momento político em que aconteceu, em 2009, era favorável à uma indicação pela própria comunidade. A coordenadora atravessou dois mandatos de governo do PT no estado, se manteve no cargo na gestão de quatro secretários estaduais de cultura, totalizando, até agora, um período de 12 anos na função. Isso, no entanto, não ocorreu com outros/as coordenadores/as de espaços culturais da secretaria. Ao contrário, a gestão desses espaços foi e continua sendo marcada pela rotatividade dos/as seus/suas coordenadores/as.

Apesar de a alternância das pessoas nos cargos ser uma premissa da gestão comunitária, a permanência de Jamira como coordenadora do espaço por tanto tempo se dá, em grande medida, como uma forma de resistência, de manutenção de um lugar que foi cerceado por muitas e diferentes gestões de governo. Também porque o momento político atual não é mais favorável a uma alternância, como veremos a seguir, pois poderia acarretar no risco de se ter à frente do espaço, como aconteceu no período de ACM, uma pessoa completamente externa e distante da comunidade.

São muitas as lideranças que capitanearam os coletivos e as organizações locais, predominantemente femininas. A Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, uma das principais e mais atuantes do território, tem a figura de Marilene da Conceição (ou Lurdinha, como prefere ser chamada); na Escola Comunitária Luiza Mahin estão à frente Lurdinha, Sônia Dias e Solange Sousa; na Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (Reprotai), Tatiane Anjos é uma das principais articuladoras sociais e ativistas, dentre tantas outras mulheres. Essas frentes e lideranças estabelecem uma lógica de trabalho rizomático que se capilariza por todo o território, mas que ao mesmo tempo se conecta entre si.

A partir de 2015, com as mudanças na pasta da cultura realizadas na gestão de Rui Costa (2015–2022) como governador, há

uma descontinuidade nas políticas públicas de cultura no estado e a fragilização das instituições por elas responsáveis. Apesar de tratar-se de um governo do mesmo partido (PT), não houve continuidade do trabalho que vinha sendo realizado, e o estado se distanciou ainda mais do Espaço Cultural Alagados, deixando de estar minimamente presente no acompanhamento e nos processos de construção colaborativa da sua gestão: “está ficando cada vez mais difícil porque o estado não tem mais como fincar o pé aqui sem pedir licença. Então a comunidade limpa, cuida do espaço, e não é pra governo não. A gente está limpando para os nossos que assistem, os nossos que pisam aqui”.¹¹

Na esfera federal, desde o golpe de 2016 e mais efetivamente desde a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil, em 2018, vivemos um contexto de aumento do desemprego e da pobreza; recuo das políticas sociais; aumento da violência contra mulheres, negros, índios e LGBTQIA+; além de ataques à liberdade de expressão, censura e desqualificação de agentes e fazedores culturais. (RUBIM; TAVARES, 2021) Todo esse cenário foi potencializado pela pandemia da COVID-19 e devastador para o setor cultural. Os agentes e instituições culturais ficaram (ainda estão) imersos em um contexto de restrições e dificuldades concretas de sobrevivência, o que dificultou a sua atuação, mobilização e resistência.

Mantendo uma coerência com a sua trajetória e modo de gestão, o Espaço Cultural Alagados resistiu a esse momento focando, justamente e cada vez mais, na manutenção da vida e na criação de outras possibilidades de construção de novos imaginários e realidades para a juventude local, “atuando no presente e mirando no futuro de suas gerações”.¹² Não é à toa que Jamira aciona sempre em sua fala a noção de pertencimento, a busca dos sonhos e da felicidade como táticas do espaço no seu acolhimento às crianças e aos jovens da comunidade, apoiando-as/os em todas as dimensões da vida.

.....
11 Muniz, entrevista citada.

12 Muniz, entrevista citada.

Diferentemente de outros espaços culturais vinculados ao poder público estadual (ou público municipal), durante a pandemia o Espaço Cultural Alagados foi um importante ponto de apoio para os adolescentes que moram na comunidade, acolhendo-os no espaço, apoiando no acesso à internet e nos estudos, arrecadando e distribuindo alimentos, roupas e outros suprimentos.

O que dá vida a esse espaço é o menino entrar. Agora mesmo tem uma menina aqui do meu lado, ela está estudando aqui porque não tem computador em casa, nem internet. A menina está aqui todo dia. [...] Ela tem 16 anos, ela quer ser feliz da forma dela. Então, aqui é um espaço de convivência cultural, que não me interessa de onde seja, mas que deixe dialogar com qualquer pessoa que queira contribuir com ele. É esse espaço, não é um teatro, porque nunca foi. Isso aqui é o Espaço Cultural Alagados! Espaço de convivência com o outro, com a arte do outro, com o conceito de cultura do outro, com o amor do outro.¹³

Ou seja, a gestão estabelecida no Espaço Cultural Alagados é comprometida com o desenvolvimento individual de cada pessoa que se relaciona com ele, e essencialmente com aqueles que atuam na comunidade. Isso decorre do envolvimento na gestão de agentes que estão implicados cultural, social, política e economicamente com o território.

Apesar de estar imerso em um contexto de políticas culturais fragilizadas e de poucos recursos públicos, em todos os âmbitos, e vinculado a uma gestão estatal que escanteia esse e outros espaços e sujeitos, através do pouco ou nenhum diálogo, da falta de aproximação e até mesmo da invisibilização do trabalho que é feito, a gestão do Espaço Cultural Alagados almeja a liberdade como perspectiva de futuro.

.....
13 Muniz, entrevista citada.

A gente sonha em manter o espaço com oficinas, experimentação de artista, experimentação de jovem livre. Que entre e saia, que faça o que ele deseja e tenha coisas para ele fazer. É garantir esse equipamento para ele ser gerido por um grupo de pessoas como vocês, que possam ouvir um ao outro, pra depois decidir pra onde vai o recurso, quais parceiros vai chamar pra dentro. Porque é um espaço de convivência cultural, não pode ser só bilheteria, pagar, entrar, sair, arrumadinho.¹⁴

Mais uma vez, Jamira aciona a dimensão coletiva para falar da gestão que acredita que deseja ampliar e fortalecer no Espaço Cultural Alagados, e entende tal prática como um exercício de reflexão, de tomada de decisão e de posicionamento político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como em outras capitais brasileiras, Salvador possui uma distribuição espacial de seus equipamentos culturais extremamente desequilibrada e desigual. A oferta de espaços culturais se concentra na região do centro e na orla urbana (do Pelourinho à Pituba). As regiões periféricas dispõem de pouquíssimos espaços dedicados à circulação cultural, ao fazer artístico, à convivência e à sociabilidade.

No entanto, apesar da pouca de infraestrutura, dos problemas sociais que atingem os espaços periféricos de Salvador, da total ausência ou pouca existência de políticas culturais direcionadas a essas regiões, é nesses bairros populares que encontramos a diversidade social e cultural da cidade, é neles que “manifestações populares ‘alternativas’ vêm surgindo ou ‘teimosamente’ persistindo”, há muito tempo (SERPA, 2008, p. 186), ou seja, é nesses territórios periféricos que assistimos a uma subversão de toda a lógica sufocante do sistema cultural hegemônico imposto, o desenvolvimento de “alternativas

.....
14 Muniz, entrevista citada.

criativas de resistência” e a criação de espaços próprios de expressão, constituídos à margem dos circuitos oficiais e legitimados de cultura. Tais espaços, que não são necessariamente físicos, a exemplo dos saraus e rodas de slam, acolhem “diálogos, debates, performances, exposições, mobilizações e organização política”, conformando outras “centralidades culturais”, distintas dos circuitos convencionais. (FRÓES, 2022, p. 390)

Nesse contexto de ausências, desigualdades, resistências e insurgências, é que se constitui também a gestão cultural desenvolvida no Espaço Cultural Alagados, que parte de pressupostos daquilo que entendemos como uma gestão cultural comunitária.

Como o próprio conceito de gestão cultural prevê, ela pode ser praticada por organizações ou grupos comunitários. É aí onde mora a especificidade da gestão cultural comunitária: ela é uma prática de gestão comunitária da cultura, é feita de dentro para fora e de baixo para cima, de maneira coletiva e democrática, autogestionada, com participação direta das pessoas, grupos e instituições envolvidas. (VILUTIS, 2019, p. 172)

A experiência de analisar a gestão do Espaço Cultural Alagados nos possibilita uma série de reflexões, questionamentos e problematizações. Ela nos leva a questionar, por exemplo, a gestão cultural institucionalizada executada pelo poder público estadual, na medida em que o espaço inaugura e sustenta uma relação entre estado e comunidade, a partir dos sujeitos que atuam naquele território. Uma gestão compartilhada tácita entre as partes que, apesar de apresentar fragilidades no que diz respeito à sua formalização, é legitimada pela comunidade e tem se prolongado ao longo de mais de uma década, mesmo com as mudanças de dirigentes e seus diferentes perfis e projetos políticos.

É interessante refletir também sobre a relação do Espaço Cultural Alagados com o circuito de espaços culturais alternativos, autônomos, independentes ou não convencionais de Salvador.

Alagados, mesmo sendo um espaço público vinculado ao poder público e as suas (quase inexistentes) políticas, compõe esse circuito, sendo elo fundamental no Subúrbio Ferroviário para a circulação de iniciativas culturais que não encontram espaço nos equipamentos tradicionais da cidade. Os espaços culturais não convencionais normalmente possuem uma relação mais próxima e orgânica com o entorno, desenvolvem políticas de apoio e visibilização de sujeitos e artistas emergentes e/ou de obras não legitimadas por um circuito tradicional das artes, cultivam uma relação autônoma e mais humana com colaboradores(as) e parceiros(as), se preocupam em proporcionar bem-estar a todos e atuam em rede – como acontece em Alagados. Tais experiências de gestão reconfiguram a função dos espaços culturais na atualidade, sendo concebidos como locais de acolhimento e de existência dos sujeitos na sua complexidade e diversidade.

O Espaço Cultural Alagados traduz em sua prática o pensamento de Vich (2015), quando afirma que é preciso “desculturalizar a cultura”, posicioná-la para além dos debates estritamente culturais e dar-lhe o papel de agente chave na mudança social. Acrescentamos que seria preciso também “feminilizar a cultura” e, nessa perspectiva, não seria exagero afirmar que a diversidade de organizações existentes no território, as pautas levantadas pela comunidade e a gestão cultural comunitária realizada no Espaço Cultural Alagados tem sua origem, em grande medida, na potência e na força de suas lideranças femininas. São Lurdinhas, Jamiras, Rosas, Sônias, Tatis, Tassianes, mulheres negras dos Alagados, que estão “na vanguarda das reivindicações por direitos básicos, das conquistas e da conscientização política” dos/as moradores/as da comunidade. (FRÓES, 2022, p. 392)

REFERÊNCIAS

ALBINATI, M. *Assistir, entrar em cena ou roubar a cena?* Políticas culturais no território de Alagados, 2010. Dissertação (Mestrado em

Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8683>. Acesso em: 29 jan. 2022.

CARVALHO, E. T. de. Os alagados da Bahia: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. *Cadernos PPG–AU/UFBA*, [s. l.], v. 1, n. 1, Bahia, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1543>. Acesso em: 29 jan. 2022.

FRÓES, F.; SILVA, T. S. Salvador: guia de ruas e revelações. In: SANTOS, E. et al.(org.). *QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2022. p. 371–398. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34177>. Acesso em: 15 abr. 2022.

NASCIMENTO, R. J. P. *A dimensão educativa da participação social da Rede CAMMPI e sua influência nas políticas de habitação implementadas na Península de Itapagipe a partir de 1990*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2017/11/disserta%C3%A7%C3%A3o-mestrado.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

RUBIM, A.; TAVARES, M. (org.). *Cultura política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/05/Cultura-pol%C3%ADtica-no-Brasil-atual-WEB.pdf>. Acesso em: 19 maio 2022.

SANTOS, E. Cultura e cidadania: políticas culturais de base comunitária. *Extraprensa*, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 18–35, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/114508>. Acesso em: 19 maio 2022.

SERPA, A. Os espaços públicos da Salvador contemporânea. In: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (coord.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. 2. ed., Salvador: Edufba, 2008. p. 173–188.

VICH, V. Desculturalizar a cultura: desafios atuais das políticas culturais. *PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, [s. l.], ano 5, n. 8, p. 11–21, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10398>. Acesso em: 15 abr. 2022.

VICH, V. O que é um gestor? In: CALABRE, L.; REBELLO, D. *Políticas culturais: conjunturas e territorialidades*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017. p. 49-54. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/ic-polculturais_vol3__online__af. Acesso em: 29 jan. 2022.

VILUTIS, L. Gestão cultural comunitária em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. In: RUBIM, A. (org.). *Gestão Cultural*. Salvador: Edufba, 2019. p. 169-194. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30706>. Acesso em: 15 abr. 2022.